



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PIAUÍ

CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAIA

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E
GEOGRAFIA**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA
DO BRASIL REPÚBLICA**

**TRABALHO MONOGRÁFICO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

**FILHAS DE EVA OU FILHAS DE MARIA? A
RESISTÊNCIA E A DESVITIMAÇÃO DA
MULHER DE CAMPINA GRANDE
(1880/1900 - 1930/1950)**

SILÊDE LEILA O. CAVALCANTI

BANCA EXAMINADORA:

- Durval Muniz de A. Júnior (Orientador)
- Fábio Gutemberg Ramos
- Eronides Câmara Donato

Campina Grande - Fevereiro de 1996



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

SUMÁRIO

Apresentação	pag. 03
Capítulo I	
- O gênero no universo acadêmico	pag. 04
Capítulo II	
- O espetáculo da modernização em C. Grande	pag. 15
- Modernidade: Historiografia multifacetada	pag. 17
Capítulo III	
- A mulher não é uma figurante, mas uma protagonista - ou antagonista - da história	pag. 22
Bibliografia	pag. 29

APRESENTAÇÃO

O objetivo desse ensaio monográfico é ressaltar o nível de relação entre o processo de urbanização-modernização com a intensificação das formas de resistência das mulheres no Brasil e, em especial, em Campina Grande. Para tanto trazemos á tona as mulheres que romperam com os padrões impostos pelas instituições sociais.

Ao revelar essa possibilidade de rompimento, nos propomos a desmistificar o modelo cristalizado de uma mulher passiva, submissa, avessa a violência e revelar uma mulher que nega a autoridade de uma sociedade pautada em valores masculinos, extrapolando os limites impostos pela justiça e pela religião.

Admitir que as mulheres resistiram de forma original, alternativa e até violenta, através de abortos, adultérios e homicídios, práticas consideradas crime pelo código de leis do Brasil, é incitar o debate no universo acadêmico sobre questões de grande repercussão na atualidade.

Como mulher muito me interessa trazer ao debate questões referentes a participação da mulher na história, e como historiadora, desmontar modelos, estruturas fixas e improdutivas, questionando a existência natural de uma essência feminina. Mostrar a mulher não como vítima, mas como a que faz vítimas, é trazer a mulher para o campo da história, não como objeto, mas como sujeito do processo histórico. É recorrer a um novo modo de fazer história, dando voz aos contra-discursos (quase sempre ausentes da literatura, mas constantemente vivenciados na prática cotidiana), revelando as várias facetas, os vários discursos e práticas presentes na sociedade.

O trabalho se divide em três partes:

- No primeiro capítulo, trataremos do embasamento teórico, focalizando as várias correntes que abordam a nova temática sobre o gênero;

- já no segundo capítulo vamos fazer um perfil da historiografia que trata do conceito de modernização e traçar um panorama de tal processo em Campina Grande;

- e finalmente no terceiro capítulo trabalharemos a relação do processo de modernização e o aumento das resistências femininas, embasados na historiadora paulista Margareth Rago, e em especial aquelas que rompem os padrões oficiais da sociedade.

CAPÍTULO I

O gênero no universo acadêmico atual

Surgindo como movimento no campo acadêmico e impondo-se como tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico político, o feminismo, como ideologia política, se afirma a partir da crise, da ineficácia dos discursos contestatórios; é de se perceber, portanto, que a insistência da voz feminina se configura como um dos traços mais salientes da cultura pós-moderna.

Eduardo Said, em seu estudo orientalista, estabelece a relação entre os estudos feministas e étnicos ou anti-imperialistas, no sentido de que promovem um deslocamento radical de perspectiva, onde o ponto de partida das análises e o direito dos grupos marginalizados de falar e representar-se se faz possível nos domínios políticos-intelectuais que normalmente os exclui.

Filósofos pós-estruturalistas a partir do debate no plano político e social pelos movimentos étnicos-coloniais, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos como Foucault, Deleuze, Barther, Derrida e Kristeva introduziram como temas centrais na discussão sobre a crise e descentramento de sujeito as idéias de marginalidade, auteridade e diferença e portanto, não aceitaram discursos totalizantes e todas as formas de instituições ocidentais modernas.

O pensamento feminista de ponta, hoje é marcado pela exigência de uma abordagem teórica e metodológica em que a questão da mulher, como todas as questões de sentido, seja, de forma sistemática, particularizada, especificada e localizada historicamente, opondo-se a toda e qualquer perspectiva essencialista ou ontológica.

No cenário pós-moderno de descrédito das ideologias, o feminismo vem sendo considerado como uma das alternativas mais exemplares e concretas, para a prática política e para as estratégias de defesa da academia.

O debate sobre o pós moderno que coloca a idéia de surgimento de um pluralismo, subsidiário das ideologias neo-liberais e da economia de mercado, em que os diversos agentes sociais teriam livre canais de expressão, sugerindo portanto, a superação de lutas de caráter ortodoxo pelas igualdades e

pela construção de uma identidade feminina e a emergência de um novo momento de militância das mulheres, o pós-feminismo.

Hoje dois pólos conceituais são percebidos como divisores do campo da produção teórico feminista, ao se fazer um panorama da produção teórica internacional e das questões centrais do debate feminista no campo da crítica e da cultura.

No primeiro desses pólos encontramos o feminismo anglo-americano que denuncia a ideologia patriarcal que permeia a crítica tradicional e determina a constituição de uma série literária, além disso está comprometido com o desenvolvimento de uma arqueologia literária que resgata os trabalhos das mulheres que de diversas formas foram silenciadas ou excluídas da história da literatura, seria a recuperação da identidade feminina.

Em outra perspectiva encontramos o feminismo francês que, mais vinculado a psicanálise, vai trabalhar no sentido de tentar identificar uma possível “subjetividade feminina”, procurando a definição do lugar e da diferença. Questionando essa noção de identidade, Heloísa Buarque de Holanda afirma que:

“Do ponto de vista político, o empenho em se marcar essa identidade pode ser defendida como uma necessidade tática na luta contra as instituições do poder patriarcal. Entretanto a própria idéia de identidade está comprometida com a economia humanística e com a estrutura de lógica patriarcal”.¹

Assim, apesar de ser inegável que os discursos marginalizados das mulheres - assim como os diversos grupos “excluídos” ou “silenciados” - no momento em que desenvolvem suas “sensibilidades experimentais” e definem espaços alternativos ou possíveis de expressão tendem a produzir um contra discurso, cujo potencial subversivo não é desprezível e merece ser explorado; apesar de considerar esse potencial a proposta de investimento no “poder imaginário feminino” nos aspectos literários dessa e até mesmo no projeto de uma feminização da sociedade são armadilhas, as quais o pensamento feminista esta exposto.

Nas décadas de 60 e 70, as questões de identidade e diferenças foram inegavelmente importantes, tendo conseguido abrir espaço e canais de expressão institucionais como a imprensa feminista, o cinema de mulher e os estudos feministas enquanto área de conhecimento.

Neste quadro a introdução da categoria gênero representa o aprofundamento e a expansão das teorias crítico-feministas. O estudo das relações de gênero, agora substituindo a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção dessas relações e das formas

¹ HOLANDA, Heloísa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. in Feminismo como crítica da modernidade. pag. 37

como o poder as articula em momentos dotados social e historicamente, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como “natural”.

Ria Lemaire exemplifica a eficácia e a rentabilidade analítica da categoria gênero quando associada ao “jogo negativo” foucaultiano e a desconstrução fortemente contextualizada e historicizada dos pressupostos da historiografia tradicional.

O debate a partir da segunda metade do século XIX em nosso país foi buscar a idéia de identidade nacional: tal discurso exclui e discrimina a discussão sobre a representação de gênero. Paralelamente, a partir da segunda metade da década de 1980 novas perspectivas começam a ser delineadas. Alguns estudos de ponta, sintonizados com a urgência de renovação e ampliação da área de investigação sobre a mulher, começam a questionar as atuais categorias de análise feminista e enfrentar o desafio de pensar a situação da mulher em relação a um sistema mundial de produção, reprodução e comunicação pós-industrial, no uso de uma “informática de dominação”; o sistema sexual de gênero deixa de ser visto como constituinte de uma esfera autônoma e passa a ser considerado na posição de vida social em geral (sujeito do feminismo).

Na era da tecnociência e da tecnocultura, torna-se cada vez mais claro que a reflexão feminista não pode mais confinar-se aos limites do corpo moderno reificado seja feminino ou outro.

A trajetória do pensamento feminista nestes últimos anos, sua progressiva sexualização e atual alcance teórico e político são, de certa forma, também, expressão do complexo processo em direção a uma crítica radical da cultura neste fim de milênio.

Em todo o mundo ocidental, nos últimos tempos, a mulher tem despertado interesse dos intelectuais, teóricos e psicanalistas, tornando-se um objeto de especulação científica. Ela sai da militância feminista e infiltra-se nos estudos acadêmicos buscando suporte teórico para suas reivindicações, com isso se prolifera o universo de teóricos feministas.

O historiador francês Michelet, em 1859, acende uma fogueira no debate acadêmico sobre os papéis sociais das mulheres, quando no seu livro *"la Femme"* defende a tese de que o movimento da história é o resultado das relações entre os sexos, modulado pelo conflito latente entre mulher/natureza e homem/cultura. Portanto, a mulher só teria papel científico neste processo dentro do casamento e enquanto cumprido das funções de mãe.

Na segunda metade do século XIX, o sexo individual (masculino ou feminino) ganha uma importância relativa para os historiadores, mas a questão do matriarcado é absorvida em um debate antropológico. Friedrich

Engels, então, escrevia "*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*", subordinando a liberação da mulher a uma revolução na propriedade privada. Sucede-o o positivismo de Seignobos, que rejeitava a história dos sexos e do cotidiano, além de tentar justificar biológica e cientificamente as diferenças naturais e as desigualdades sociais entre os sexos - elevando o povo e o Estado como objetos por excelência.

Na década de 30 deste século, os *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre inauguram o predomínio do econômico e do social, através dos estudos de conjuntura e estrutura, mas não levam em conta a dimensão sexual. Dos anos 20 aos 40, a história da mulher é confundida com o feminismo e origina algumas obras, como as de Jules Puech e Leon Abensour, muito voltadas para a sociologia. Até o inovador campo da demografia histórica considera a mulher tão somente como uma variável de reprodução, pois não a considera isoladas, e sim apenas os casais.

Foi sem dúvida a partir de 1970, com a "*Nouvelle Histoire*", que favoreceu-se a expansão da antropologia histórica, que se colocou em debate o papel da família e da sexualidade, e é com a história das mentalidades - voltada para pesquisas sobre o popular - que inaugura-se uma conjuntura mais aberta para se ouvir falar, discutir, pesquisar e produzir acadêmica e cientificamente sobre a mulher. Entretanto, segundo Liary Del Priore a maioria dos trabalhos produzidos sobre a mulher neste período acabaram levando a história da mulher a um isolamento intelectual e a estudos circulares sem maiores influências na disciplina histórica, visto que se retiram de suas produções questões importantes como diferenças sociais, e ao mesmo tempo enfatiza-se a exploração, opressão e dominação a que estavam sendo submetidas as mulheres, estimulando com isso a imagem da mulher vítima. Del Priore mostra como através dessas falhas nos últimos dez anos muito se aprendeu e se avançou na historiografia brasileira. Em sintonia com essa aprendizagem deve-se evitar a polarização, sempre utilizada, da dominação masculina versus opressão feminina, ela deve ser rejeitada devido a sua circularidade e, substituída pela análise de mediações, no tempo e no espaço, através dos quais qualquer dominação se exerce. Deve-se fugir da história que faz da mulher uma vítima, ou o seu inverso. As formas de análise mais produtivas para a história da mulher são as nebulosas, onde encontramos as mulheres anônimas. Melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás da ficção do poder masculino, e como articularam a sua dominação e resistência.

Inúmeros foram os trabalhos acadêmicos que se debruçaram no estudo de gênero nos últimos anos. Inúmeros, também, foram as abordagens e os marcos teóricos que os fundamentaram. Apesar desse caráter multifacetado

da historiografia internacional, apenas quatro foram as correntes teóricas que se destacaram e que conseguiram emergir e contribuir para a discussão acadêmica no estudo de gênero, bem como apontar os mais diversos caminhos para o movimento feminista contemporâneo.

Uma primeira corrente teórica consubstancia-se nos fundamentos do marxismo ou materialismo histórico, representada por Linda Nicholson, que defende a tese da possibilidade de integração entre marxismo e feminismo, mediante o regaste dos conceitos de relações de produção e adaptação das relações de produção. Defende-se, portanto, uma reconstrução e rehistoricização de algumas categorias da teoria social marxista, com o objetivo de possibilitar uma interpretação mais ampla, que alcance a questão de gênero. Essa possibilidade de integração é bastante questionável, segundo Nancy Fraser, pois uma das grandes lacunas dessa corrente teórica é diluir o gênero no conceito de classe. Para Fraser, bem como para outros críticos, é um equívoco das feministas marxistas (ortodoxas) substituir a categoria de expropriação social pela categoria de expropriação sexual, ou seja, assim como existem por parte dos burgueses a expropriação social na produção capitalista, haveria também a expropriação sexual das mulheres por parte dos homens. Além disso, o fato do movimento feminista de influência marxista enfatizar e relacionar a questão de gênero tão somente ao trabalho, termina por reforçar a dicotomia da esfera pública com a da esfera privada, elegendo o mundo do trabalho (público e masculino) como mais importante na sociedade.²

Para Marx o significado de “produção” pode incluir formas de família sob os “modos de cooperação, mas restringiu-se de tal modo a incluir somente aqueles encontrados dentro da produção e troca”. Com efeito, Marx, eliminou do seu enfoque teórico todas as atividades básicas para a sobrevivência humana que se acham fora da economia capitalista, eliminando as atividades referentes a organização social, isto é, as que regulam as relações de parentesco; ele concebe um significado restrito de “produção”. Na medida em que essa teoria trata o econômico como autônomo perde de vista os modos como as próprias economias capitalistas provieram de aspectos “não econômicos” da existência humana e começam a ser afetados por eles. De fato, o marxismo, com isso, se aproxima da posição liberal que negara a influência sobre o mercado de fatores como gênero, religião, política, etc...

² As feministas marxistas propõem, baseadas na expropriação sexual das mulheres por parte dos homens, uma greve sexual como forma de reivindicar e obter uma maior valorização da mulher na sociedade. Outro equívoco dessas feministas é não questionar “a utopia do trabalho”, supervalorizando este ao defender a necessidade da remuneração do trabalho doméstico antecedendo a emancipação feminina.

Dessa forma, parece incompatível que o marxismo, como análise histórica, sintonize-se com o feminista como teoria cultural. A incapacidade de explicar o gênero e a história das relações de gênero, bem como a limitação histórica de certas assertivas impedem o casamento proposto por algumas marxistas feministas, entre elas Mary O'Brien que afirma:

“o que deve ser feito é uma modificação do modelo sócio-histórico de Marx, para explicar duas subestruturas opostas, a de produção e de reprodução.

*Isso, de fato, aperfeiçoa o modelo”.*³

Portanto, Mary concebe não só a dicotomia entre esfera privada (reprodução) e esfera pública (produção) como considera perfeitamente possível a adaptação e aperfeiçoamento do modelo marxista para uma interpretação e estudo do gênero.

Há feministas marxistas que oferecem modelos semelhantes ou revisados, como Ann Ferguson e Nancy Folbre, que por exemplo, preferem rotular a categoria ampliada como “produção sexo-afetiva” em vez de reprodução. Entretanto, Iris Young admite a estreiteza da categoria marxista de produção e não aprova focalizar essas atividades que ficaram fora dessa categoria para tornar o marxismo mais aclarador do gênero. Deve-se, em sua opinião, em qualquer análise do gênero fazer mais que ampliar a categoria tradicional.

Em fim, na medida em que os marxista interpretam “produção” como algo necessariamente distinto de “reprodução”, os aspectos da sociedade capitalista são falsamente universalizados e as relações de gênero ficam obscurecidas. Assim, a crítica feminista ao marxismo vai além do que é em geral percebido como um apelo relativamente superficial a incorporar gênero, e traz à tona a impossibilidade de conexão entre marxismo e gênero.

A segunda corrente tem a Escola de Frankfurt como fundamento para suas teses e suas críticas, que se detem na separação entre o público e o privado. Nessa tendência temos Nancy Fraser e Iris Marion Young que vão além dos outros teóricos feministas quando propõem o fim das separação do público versus privado. Rejeitam esta segmentação de campos baseados em uma não aceitação da existência de um Estado imparcial e representante do bem estar geral. Nesta perspectiva contestam a proposta de Jürgen Habermas que tenta associar o sistema ao público e o mundo da vida ao privado. A primeira esfera seria aquela aberta a todos, visto que ela é representada pelo aparelho administrativo estatal. Já a segunda seria caracterizada pela exclusividade, como espaço fechado da intimidade, da afeição e da sexualidade, visto que ela é representada pela família nuclear moderna. Ambas

³NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. in HOLANDA, Heloisa Buarque de. Feminismo como crítica da modernidade. pag. 42

criticam esta separação e rejeitam a dicotomia entre uma razão pública imparcial e objetiva e a esfera íntima doméstica ou familiar como antirracional.⁴

Essa distinção entre a reprodução simbólica e a reprodução material das sociedades, onde a primeira se configura em tarefas domésticas não remuneradas (socialização das funções) e a segunda seria as atividades e práticas que constituem a esfera do trabalho remunerado, ocupa realmente o banco dos réus das críticas feministas atualmente. A divisão em espécies naturais entra em conflito com outra interpretação contextual e da margens para a crítica de uma visão sexista, onde a mulher tem funções naturais, institivas e a-históricas.

Segundo Nancy Fraser a atividade de criação dos filhos não só significa a construção de identidades sociais das crianças, mas também sua sobrevivência em jogo. Do mesmo modo a produção de alimentos e objetos contribui para sobrevivência biológica dos membros da sociedade, ao mesmo tempo, reproduz as identidades sociais. Por isso não se configuram em uma outra, em simbólica ou material, mas nas duas juntas, visto que, se caracterizam por atividades de aspecto duplo, daí o equívoco da separação entre os pólos.

Essa separação reproduz material versus reprodução simbólica é ideológica. De acordo com Nancy Fraser:

*“poderia ser usada, por exemplo, para legitimar a separação institucional entre a criação de filhos e trabalho remunerado, que considero uma vigamestra das formas modernas de subordinação das mulheres”.*⁵

Essa classificação de diferenças absolutas e ideológicas, poderia ser usada para exagerar as diferenças e obstruir as semelhanças entre as suas instituições e por isso ela não é de muito valor em teoria social. Tanto no “público” (espaço de formação de opinião, participação política e de debate) como no “privado” (família nuclear, restrita ou esfera fachada) existe um misto de consensualidade normativa e de estrategicidade. O que existe é uma diferença de grau e não absoluta.

Benhabib, diferentemente de Fraser e Young, vê a possibilidade de integrar aspectos normativos da teoria de Habermas (teoria da ética comunicativa) com os interesses feministas. A crítica mais contundente - feita por Fraser e Young - é que a família tem permanecido sempre como instituição

⁴ Para estas autoras a família nuclear não é um abrigo num mundo impiedoso, mas é, assim como o espaço público, lugar de exploração, de coerção, de trocas usualmente exploradoras de trabalho e de dinheiro. Na mesma forma as relações na economia capitalista são permeadas, não só de reproduções materiais, mas também de reproduções simbólicas.

⁵FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. in Holanda, Heloísa Buarque de Feminismo como crítica da modernidade. pag. 28

pré-contratual, em estado natural, ou seja, jamais foi objeto de contrato social, pois reproduz a hierarquia das relações de gênero dentro do espaço privado.

Assim como no marxismo é percebida a omissão do gênero do modelo de Jürgen Habermas e para consertar essa lacuna seria preciso um arcabouço teórico social capaz de analisar as famílias também como um sistema econômico que envolvem a apropriação do trabalho não remunerado das mulheres e entrelaça-os com o sistema econômico de trabalho remunerado.

A terceira posição teórica surge ligada aos estudos feministas e tentando dar respostas a necessidade de elaboração de uma teoria feminista de compreensão da sociedade, esse movimento passa, na década de 70, da ação militante para a reflexão teórica. Denominado de Existencialismo Fenomenológico de Sartre e Beauvoir essa corrente crítica, por excelência, as teorias essencialistas de identidade do gênero, os quais teriam uma pretensão inalcançável de buscar uma essência feminina universal, pois essa essência, segundo Simone de Beauvoir, não existe, quando não existe um pressuposto de que haja uma experiência de ser mulher generalizável, identificável e coletivamente consensual. A partir desse pressuposto, o corpo da mulher é percebido como "situação social" e não como simples fato biológico. Logo assumir o gênero deve ser entendido como algo que ocorre dentro do campo de relações sociais, com a desnaturalização do sexo, enfim como disse Beauvoir "não se nasce mulher, mas torna-se mulher".

Não nascer, mas tornar-se uma mulher. Esse "tornar-se" não implica em percorrer um caminho de liberdade que desencarna em uma incorporação cultural. Esse movimento do sexo ao gênero é interno à vida incorporada numa escultura do corpo original numa forma cultural. Nos tornamos novos gêneros e não se segue uma progressão linear.

Sob importante aspecto, o gênero não é historiável a partir de uma origem definível porque, por sua vez, é uma atividade originante que acontece sem cessar. Já não mais entendido como produto de antigas relações culturais e psíquicas o

"gênero é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo".⁶

Beauvoir vê o gênero como um projeto incessante, um ato diário de reconstrução e interpretação de acordo com a doutrina de Sartre de escolha pré-reflexiva e daquela estrutura epistemológica abstrata em um significado cultural concreto. A escolha pré-reflexiva é um ato espontâneo e tácito que Sartre chama de "quase conhecimento".

⁶BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In HOLANDA, Heloísa Buarque de. Pag. 52

Baseado neste conceito Beauvoir admite que não é possível assumir um gênero de um momento para o outro. Trata-se de um projeto laborioso, sutil e estratégico, e quase sempre "velado". Tornar-se gênero é um processo impulsivo, embora cauteloso, de interpretar uma realidade plena de sanções, tabus e prescrições. A escolha de assumir certo tipo de corpo, viver ou usar o corpo de certo modo, implica num mundo de estilos corporais já estabelecidos.

Sem aceitarmos o corpo como uma situação cultural, a noção de um corpo natural e, de fato, um "sexo" natural parece cada vez mais suspeita. Como diria Beauvoir se o gênero é um modo de existir o próprio corpo, e esse corpo é uma situação, em campo de possibilidades a um tempo recebidas e reinterpretadas, então o gênero e o sexo parecem ser questões inteiramente culturais.

A quarta é última corrente, passada em revista aqui, esta fundamentados nos pressupostos foucaultianos, os quais são considerados como pós-estruturalistas. Questiona, assim como Beauvoir, a existência de uma experiência geral de ser mulher e a existência de uma essência feminina, propondo o feminino como constante construção e desconstrução. Foucault critica, ainda, a teoria psicanalítica feminista por apoiar-se em elementos que interligados constituiriam um discurso verdadeiramente contemporâneo, discurso esse que abriria as suas desconstruções. Para ele as feministas pecam quando concebem a história existente como uma história "continua" de submissão das mulheres pelos homens, pois não existe essa conspiração masculina que atravessa toda a história da humanidade. Foucault e o movimento feminista contemporâneo convergem na questão de não aceitar a conexão da mulher com sexualidade e do sexo com o gênero, a qual não é natureza, mas cultura e história. O estudo de gênero é o estudo dos códigos e dos comportamentos que negam esses códigos.⁷

No debate entre Foucault e as feministas delineiam-se algumas identificações, como também algumas diferenças, entre as quais podemos citar o conceito de história, de totalidade e de subjetividade.

Para Foucault a genealogia não é produzir outros discursos, mas antes desmascarar todas as formas de discursos verdadeiros. Daí seu empenho em dismantelar ou desconstruir o pressuposto do homem como simultâneo sujeito e objeto da história.

Já para as feministas, fundamentadas na teoria psicanalítica em especial, a história das sociedades até agora existentes é a história da

⁷ Existe uma grande polêmica acerca da construção e definição da categoria gênero na historiografia dos dias atuais.

subordinação das mulheres pelos homens a eles mesmo, é a chamada história do patriarcal.

Sublimando o conceito de totalidade, Foucault, condena a tirania dos discursos “globalizantes”, e nos adverte que “o todo da sociedade é precisamente o que não deve ser considerado, a não ser como algo a ser destruído, pois o específico está sobre a generalidade, assim como, a está sobre a continuidade, pois cada um tem sua própria história, trajetória e técnicas. Apesar de defender a investigação tão somente do micro, os próprios estudos (brasileiros) influenciados por seus pressupostos, fazem a relação do específico com a generalidade e o micro com o macro.

Na concepção feminista a totalidade é possível com a superação do patriarcado que acarretaria na transformação cultural completa. Ele não é uma parte isolada de determinada sociedade, mas sua presença difusa no seio dela.

Em se tratando de subjetividade a sua constituição, segundo Foucault, e ao mesmo tempo a constituição de sua sujeição, o “indivíduo”, a quem o discurso antropológico concebe como sujeito da história, não passa de um produtor dos aparelhos da força (conhecimento). O sujeito está, assim, subjugado no duplice sentido de estar sujeito a alguém pelo controle e dependência, e ligado à sua própria identidade por uma consciência do auto-conhecimento.

Enquanto isso, para as feministas o desenvolvimento da identidade das crianças de ambos os sexos depende de um período de identificação primária, de união simbólica com a mãe, que resulta de suas respostas de alimentação às imperiosas necessidades infantis e de sua subsequente separação

A polêmica continua quando Foucault acusa a teoria psicanalística feminista de apoiar-se em todas os três elementos que interligados constituem um discurso verdadeiro e autoritário, quer sejam: a história contínua, o conceito de totalidade e o tema do sujeito em fusão. Ele apoia-se na idéia de patriarcado universal, que numa também universal criação de filhos de “dominância materna” disfarça o “estranhismo” da sociedade disciplinar contemporânea e privilegia uma luta sobre os demais tipos de resistência, para desmontar a pretensa história contínua. A visão pós-patriarcal, reorganizada, perpassa pretensões totalitárias e autoritárias de razão; e a confiança na psicanálise para revelar as origens oculta da subjetividade dotada de gênero, contribui para a constituição dessa subjetividade.

Assim de uma perspectiva foucaultiana Dorothy Dinnerstein, Nancy Chodorow e Jane Flax, teóricas psicanalistas, são mulheres disciplinantes, isto é, estão comprometidas, com uma forma de discurso

verdadeiro que é tanto causa como consequência da sociedade disciplinar que Foucault contesta.

Em resposta as psicanalistas feministas afirmam que a genealogia foucaultiana “disciplinam as mulheres” por privá-las das armas conceituais, como formular a “misógina” historicamente universal em vista da qual tem sofrido e contra a qual tem lutado. Além disso, apontam características de continuidade, em suas assertivas quando dizem que a história ocidental nada mais é que a sucessão de diferentes complexos força/conhecimento, diferentes regimes de verdade e de razão totalizante quando ele fala de “força disciplinar” como um “sistema integrado”.

Depois dessa exposição, sobre as principais corrente teóricas que discutem a questão de gênero, fica evidente como existem diferentes abordagens na explicação da construção e na conceituação dessa categoria. Coerente com nossas pretensões, de negar a existência de uma essência feminina natural, assim como Beauvior e Foucault, percebemos o gênero como uma construção histórico-cultural e não como uma identidade imposta pelo sexo. Comungamos ainda com Foucault quando ele evidencia a crítica que a história tenha sido feita pelos homens que subjulgaram e vitimaram as mulheres, pois se insistirmos em assim pensar estamos considerando os homens como sujeitos da história e as mulheres como objetos da mesma, o que é uma postura extremamente equivocada no universo histórico-acadêmico.

CAPÍTULO II

O espetáculo da modernização em Campina Grande

Nas primeiras décadas do século XX, Campina Grande, localizada no interior da Paraíba - a 120 km da capital, alcançou um desenvolvimento econômico tal, que chegou a superar em importância econômica a própria capital do Estado. Todo esse desenvolvimento é explicado com o auge do "ciclo do algodão", onde a comercialização atinge patamares não antes detectados.

A importância da cultura do algodão para Campina Grande é verificada desde o último quartel do século XIX, quando a comercialização deste produto era a princípio local, adquirindo, posteriormente, contornos nacionais e até internacionais.

Um dos fatores de grande importância e que contribuíram para esse "despontar campinense" foi a privilegiada localização geográfica que este município tem. Favorecida por posicionar-se em um entrocamento de ligação entre sertão, agreste, brejo e litoral, Campina Grande se colocava como entrepósito comercial, o que contribuiu para a formação de um centro de comercialização considerável. A situação estratégica desta cidade essencialmente no que se refere ao agro-comércio de algodão, principalmente após a ligação ferroviária entre esta cidade e o porto de Recife, vai beneficiar muito o seu comércio algodoeiro, possibilitando efetivamente a hegemonia de seu comércio sobre todo o interior Paraibano.

Diante de toda essa possibilidade de expansão comercial, o mercado nordestino brasileiro foi convidado a se dilatar pelos acontecimentos na conjuntura internacional. A Guerra da Secessão nos Estados Unidos retira esse país da posição de maior produtor e exportador de algodão do mundo, deflagrando uma necessidade de substituição de fornecedores. Neste contexto, a Paraíba se torna o Estado de maior produção algodoeira no Brasil, destacando-se Campina Grande como um dos municípios de maior circulação e de melhor situação, devido a sua posição entre o sertão produtor e o Porto de Recife que escoava a produção para o mercado internacional.

Todo este processo de expansão algodoeira vai contribuir para a intensificação das atividades comerciais, principalmente no ramo atacadista, com inúmeras variedades de mercadorias e produtos, atraindo comerciantes das mais diferentes origens e muitos trabalhadores rurais desempregados, aumentando assustadoramente a população urbana. Surge um elevado número de estabelecimentos de grande porte, instalação de mais fábricas, de agências de crédito bancário e cooperativas, demonstrando um processo de amplo desenvolvimento. Neste período também já se vai dar conta de um surto de modernização e urbanização deste município. Serviços como energia elétrica, bondes, hostéis, escritórios de representações, casas comerciais, etc, os quais atestam a já considerável circulação humana e monetária na cidade de Campina Grande.

Outro processo de concentração de capital se verifica com a implantação, em Campina Grande, de grandes firmas estrangeiras exportadoras de algodão como a Anderson Claytone e a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A - SANBRA, chegadas em 1935.

É evidente, devido ao que já foi exposto, que o comércio algodoeiro vem transformar Campina Grande numa das praças comerciais mais importantes do país, estimula o comércio e fortalece uma camada social urbana, a dos comerciantes, que vão delinear um identidade social própria enquanto classe social urbana, lutando pela hegemonia sócio-política da cidade. As estratégias de consolidação de poder da burguesia dirigente foram a política de urbanização da cidade - através da modernização -, moralização e a higienização do espaço urbano.

O processo de urbanização e modernização de Campina Grande está vinculado e compatível com o capitalismo em fase de expansão a nível internacional, e principalmente, a nível de Brasil de um modo geral, processo esse que tem como objetivo principal a consolidação de uma nova ordem, a solidificação da classe dos grandes comerciantes e o aceleração da decadência das oligarquias agrárias, também pressuposto básico das transformações urbanas ocorridas então.

Essas idéias e discursos burguesas irão se exacerbar após a Revolução de 1930, período em que a nível nacional com o governo populista de Getúlio Vargas havia a necessidade de redefinir o espaço, necessidade essa ligada aos interesses centralizadores que visavam destruir as regionalidades e construir ao mesmo tempo uma imagem uniformizada do país. Era imprescindível que o Brasil se firmasse como "nação" e mostrasse ao mundo a sua capacidade de produtor e consumidor.

A partir da segunda década desse século, pode-se observar em Campina Grande um acúmulo crescente dos sintomas característicos do

processo de transformação urbana: iluminação pública, tráfego regular de veículos, aumento do número de prédios, crescimento populacional, abastecimento d'água, cinemas, colégios, sociedades dançantes, fábricas, praças, monumentos. Tudo isso denunciava o desenvolvimento e contribuía, em conjunto, para a criação de uma imagem de cidade moderna, altamente necessária a uma localidade do interior paraibano que competia no mercado mundial, salientando-se como terceira praça algodoeira do mundo.

Com o processo de modernização, Campina Grande sob a força da "marreta e do decreto" vai perdendo a imagem provinciana e ganhando uma progressista, moderna. O auge dessa transformação vai se dar na gestão do prefeito Vergniaud Wanderley (1935/1945), que recebeu a denominação de "precursor da revolução urbana", já que implementou reformas arquitetônicas de grande vulto, implementando demolições, desapropriações, alargamento de ruas, construção de edifícios mais modernos, destruição de becos e cortiços e o afastamento da população pobre para as periferias. Era a vitória da estética e da cultura burguesa (prática, utilitarista e racional) e a consequente derrota da estética ruralista "arcaica".

A condição peculiar e de destaque, de Campina Grande no cenário internacional e nacional da história contemporânea, vai tornar esse município alvo de investigação de inúmeros trabalhos acadêmicos das mais diferentes áreas, as quais tentam captar todo um rico universo de possibilidades de pesquisa e de descobertas.

Sintonizada com as minhas preocupações, centradas principalmente com o processo de urbanização-modernização em Campina Grande, bem como seus desdobramentos e consequências, debruicei-me sobre dois trabalhos monográficos produzidos nesta cidade, que atentam para esta problemática, procurando, também, identificar a corrente teórica a que cada produção acadêmica nos remete.

Modernidade: historiografia multifacetada

O tema modernidade tem sido um dos objetos de grande preocupação de estudiosos das mais variadas áreas. Fenômeno complexo da era contemporânea, que transforma radicalmente a forma de ver o mundo e de viver em sociedade, o processo de modernização provocou a construção de uma também complexa, heterogênea e multifacetada historiografia que pode ser

delimitada em três importantes correntes: aquela fundamentada no materialismo histórico, uma segunda fundamentada nos estudos de Walter Benjamin e por última aquela que baseia-se no paradigma interpretativo de Michel Foucault.

Na tentativa de identificar o trabalho de Camilo Barbosa da Silva, "*Tecendo riqueza, descaroçando desordem, colhendo poder - A construção da hegemonia da burguesia comercial em Campina Grande (1920/1950)*", percebemos que ele nos remete ao primeiro grupo, seguindo predominantemente (apesar de outras influências), pressupostos teóricos do materialismo histórico. O seu enfoque principal é o aspecto econômico e a intervenção estatal (da burguesia) no processo de modernização-urbanização de Campina Grande, destacando e analisando esses mecanismos de intervenção, os resultados e os reflexos sociais, sobretudo para os setores desfavorecidos, examinemos tal afirmação:

"Campina Grande durante o chamado ciclo do algodão cresceu vertiginosamente, atraindo uma vasta população que irá compor socialmente este núcleo urbano; impondo para as suas classes dominantes, notadamente a fortalecida burguesia comercial, estratégias de consolidação do seu poder. Entre estas estratégias encontramos a política de urbanização da cidade e com ela a modernização, moralização e higienização do espaço urbano".⁸

Dentro dessa perspectiva Camilo Barbosa segue a linha de interpretação de José Murilo de Carvalho, pois defende que o conturbado espaço urbano levou o governo a adotar uma postura tecnocrática e bastante autoritária, com o principal objetivo de desarticular e controlar as massas populares.

Nicolau Sevcenko, também seguidor, aqui no Brasil, da corrente que fundamenta-se no materialismo histórico, amplia a correlação do processo de modernização quando o percebe sob a ótica do capitalismo internacional, ressaltando como o desenvolvimento industrial consagrou a hegemonia européia sobre todo o globo terrestre. Essa perspectiva está presente na produção acadêmica em investigação, ou seja, a monografia de Camilo Barbosa.

Representantes, ainda, dessa corrente no país são Sérgio Pechman e Lilian Fristch que definem a crise urbana como efetivamente uma crise social, percebendo, assim como Camilo Barbosa, o Estado burguês como protagonista, aquele que exerce o papel mais ativo enquanto produtor de serviços e estabelece disciplinas sobre os moradores e o uso que faziam da cidade. Nessa perspectiva os conflitos entre a própria elite burguesa, não tão coesa e

⁸ SILVA, Camilo Barbosa. "Tecendo riquezas, descaroçando desordem, colhendo poder - A construção da hegemonia da burguesia comercial em Campina Grande (1900/1950)". pag. 51

homogênea, são despercebidos e uniformizados para se ter uma visão mais simplista de todo o processo.

Não é com a mesma facilidade, diferente do que acontece com o trabalho de Camilo Barbosa, que conseguimos identificar e principalmente "enquadrar" o trabalho, também monográfico, de Cassandra Carmo de Lima Veras "*O espelho de Narciso - Uma visão histórica das Transformações urbanas em Campina Grande (1935/1945)*", porque ela apresenta influências de várias vertentes e, em especial, influências benjaminianas e foucaultianas, as quais privilegia os aspectos políticos, ideológicos e culturais na interpretação do processo de modernização.

As três dimensões presentes no trabalho de Walter Benjamin, quando estuda o fenômeno da cidade moderna, estão também presentes na produção acadêmica de Cassandra Veras; a idéia da cidade como espetáculo (de fascínio e de terror), a cidade como mercadoria-fetice e a cidade (multidão) como provocadora da dissolução do indivíduo. Vejamos o que nos fala Cassandra Veras:

*"Automóveis se sucedem ligeiros nas ruas, as pessoas dentro e entre eles, igualmente tem pressa, o movimento da cidade teima mesmo na noite e incessantemente há barulho e poluição circulando: mercadorias, vozes, símbolos: a cidade é uma amálgama de cheiros, cores e imagens... as pessoas se acumulam no espaço urbano com seus móveis e sonhos, se instalam no futuro arroteadas de computadores e miséria..."*⁹

Em sintonia com o segundo paradigma - benjaminiano - ela nos deixa transparecer uma interpretação que concebe a modernidade através de uma dimensão cultural e estética, proporcionando uma representação de cidade que comporia um verdadeiro espetáculo. Espetáculo, esse, caracterizado por um sentido ambíguo, de fascínio e terror, onde se percebe a surpresa, a multiplicidade, a incompreensão, o encantamento, a destruição, a nostalgia, o caos, o exótico, o anônimo, a multidão e a perplexidade.

Os espaços da modernidade são também caracterizados pela autora, baseadas nas impressões de Walter Benjamin, como local de peregrinação do fetiche-mercadoria, estimulando a explosão do consumismo, transformando o homem também em mercadoria, que de forma alienada identifica-se com os produtos e perde a sua individualidade. Neste caso a cultura de massas, diluía dentro da multidão o indivíduo que perde a sua real identidade.¹⁰

⁹ VERAS, Cassandra C. de Lima. "O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935/1945). pag. 07

¹⁰ Walter Benjamin foi o primeiro historiador de nosso século a discutir as inúmeras possibilidades que a análise do espaço urbano conservava para se entender a

Os trabalhos influenciados pelo paradigma benjaminiano aqui no Brasil foram: *"Metrópole: as faces do monstro urbano"* de Maria Stella Bresciani, no qual ela resgata a crise que a cidade industrial despertou, no sentido de desumanização e de perda de identidade social e ainda denota a reação de impacto emocional violenta desencadeada diante desse processo; *"Trem Fantasma"* de Francisco Foot Hardman, o qual focaliza o tremendo impacto cultural na sociedade do século XIX provocado pelas grandes transformações econômicas e sociais, explicando esse processo a partir de um novo conceito: *fantasmagoria*.

Além da influência benjaminiana no estudo de Cassandra Veras, é possível perceber outras influências, talvez mais fortes, de Michel Foucault. Vejamos como a questão da disciplina, elemento maior da obra deste autor francês, está presente no trabalho de Cassandra:

"a necessidade de racionalização do espaço urbano, da quantificação do território e seus habitantes mais uma vez salta aos olhos. A reforma urbana visava sobretudo eliminar o irracional, a ligação do povo com seus becos e ruas...as pessoas são proibidas de interferirem diretamente no espaço que ocupam com suas vidas... todas as habitações e moradores estão obrigados a servir o padrão estético e de saúde que o discurso científico impõe".¹¹

A modernidade é aqui vista através de comportamentos, costumes, mentalidades e hábitos inscritos nas idealizações trazidas pela nova ordem burguesa emergente, a qual procurava a todo e qualquer custo implantar as camadas populares entre as classes marginalizadas, estabelecendo novo nível de dominação.

Foucault mostra como a cidade passa por um controle, uma disciplina, principalmente médico-científica, onde a cidade é vista como um doente, daí a necessidade de diagnóstico e cura, obtida através da desinfecção, higienização e desodorização das aglomerações perniciosas.

Os seguidores desse paradigma aqui no Brasil foram Jurandir Freire Costa com a obra: *"Da (n) ação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil"*, onde denuncia o "olhar médico" como conhecedor e autoritário, impondo comportamentos e formas de higiene para a sociedade, o que chama de controle "educacional-terapêutico" e *"Do cabaré ao lar"*, livro de Margareth Rago, o qual, se detém mais na domesticação dos operários nas fábricas, nos espaços públicos e privados, evidenciando o que Foucault chama de "corpo dócil e produtivo".

complexidade da sociedade industrial. O método dele é dinâmico e inusitado, cuja técnica foi denominada por alguns críticos de montagem e é condenada por membros da Escola de Frankfurt.

¹¹ VERAS, Casandra C. de Lima. Idem. pag.29

Passada em revista as três correntes teóricas que estudam a modernidade; a cidade do capital, a cidade do espetáculo e a cidade da disciplina, considero coerente enfatizar que não existem fronteiras rígidas que as separam, mas sim possibilidades de uma aproximação. As suas distinções se dão no nível das abordagens que diferem no peso e privilégio que a um dos aspectos da esfera social. Enfim, enquanto a cidade do capital (materialismo histórico) privilegia os aspectos econômicos e sociais e supervaloriza o Estado burguês como protagonista do processo de modernização, a cidade do espetáculo (Walter Benjamin) e a cidade da disciplina (Michel Foucault) priorizam mais os aspectos políticos e ideológicos. E ainda, enquanto Foucault evidencia mais o elemento científico-disciplinador, Benjamin retrata toda a reação cultural provocada pelo impacto dessa modernidade

A historiografia brasileira vai caminhar a favor de uma postura (ecclética?) onde todos esses aspectos são considerados na interpretação do processo de modernização brasileiro.

Capítulo III

A mulher não é uma figurante, mas uma protagonista - ou antagonista - da história

No século passado, o conceito de emancipação feminino buscava igualdade de direitos, mantida na esfera de valores masculinos, implicitamente reconhecidos e aceitos. Hoje, o feminismo formula o conceito de libertação que prescinde de igualdade para afirmar a diferença, compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria “identidade” (?) feminina.

As noções de “linguagem femininas” ou mesmo “identidade” feminina enquanto construções sociais, exigem a avaliação das condições particulares e dos contextos sociais e históricos em que foram estruturados.

Os sistemas de interpretação feministas teriam como tarefa fundamental a reflexão sobre a noção “identidade” e “sujeito”, levando necessariamente em consideração a multiplicidade de posições cabíveis que a noção de sujeito sugere e assumindo um claro compromisso com a perspectiva historicizante em suas análises.

Desde a antiguidade, reservavam-se para a mulher características ditas naturais, como passividade, submissão, fragilidade, menor capacidade de raciocínio e maior emotividade. Estas características, ao serem ora aceitas, ora rejeitadas por ela, contribuíram para fazer dela o lugar dos “paradoxos”. Se a mulher aceitava-as estava cumprindo a contento o papel de “abrigo do divino”, lugar do repouso do desejo do “outro”, corpo afeito a doação, abnegação, renúncia e passividade. Por outro lado, se renunciavam aquelas características, chamadas naturais pela cultura de uma civilização marcadamente falocrática¹² a mulher torna-se o abrigo do diabólico, o “liame entre a terra e os infernos”, refúgio e esconderijo das perversões.

Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os códigos morais foram construídos a partir de imagens da família e da mulher das classes dominantes, estabelecendo, portanto, discursos normativos sobre o

¹² Primado do falo (pênis) como árbitro da identidade.

comportamento das mulheres em geral. Há três modos, segundo Foucault, possíveis de constituição de uma história da moral:

- a história das moralidades,
- a história dos códigos
- e a história dos sujeitos morais

Na primeira examina-se a conformidade ou não das condutas individuais, as regras e os valores prevalentes em uma sociedade. Na segunda aborda-se o sistema de regras e os valores prevalentes em uma determinada sociedade. E na terceira privilegia-se o modo pelo qual os indivíduos são convocados a se constituírem em sujeitos da conduta moral, cuida-se nesta perspectiva de uma história da "ética", da subjetivação moral e das práticas de si capazes de assegurá-las. é imperativo problematizar a sexualidade feminina como dominada.

O estudo dos "discursos normativos" sobre a mulher deve ser estimulado quando levar em consideração as práticas sociais, do contrário, tendo no homem o sujeito das falas, e na mulher seu objeto, corre-se o risco de fazer um retrato "fora de foco" do segmento feminino, segundo Mary Del Priore:

"O território do feminismo na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos, e onde o confronto e o conflito não imprimem suas marcas. A história da mulher é, antes de tudo, uma história de complementaridades sexuais onde se interpretam práticas sociais, discursos e representações do universo feminino como uma trama, intriga e teia".¹³

Nessa perspectiva a mulher e suas práticas se fazem objetos de investigação de grande valia.

Desde o período colonial no Brasil, as mulheres das classes dominantes são eram referências de comportamento, e quando comparadas as negras, índias, brancas livres e concubinas, torna-as verdadeiras prostitutas; isso se dar em especial a partir da chegada, em 1808, da corte de Portugal, com a criação do Reino Unido, quando se consegue alguma documentação que se refere as mulheres. Quando não há como deixar de registrar a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas ou desajustadas.

Ainda do período colonial, podemos destacar a participação da mulher negra, quando se verifica a sua participação e resistência contra a escravidão (abortando e matando o filho para que este não se tornasse escravo, também). Pode-se, ainda, admitir que as mulheres negras teriam sido líderes de quilombos, que lutaram contra as invasões holandesas, que participaram do

¹³ PRIORE, Mary Del. A mulher na história do Brasil. pag. 32

processo da conjuração mineira e que organizaram sociedade (secretas ou não) abolicionistas.

Se trabalharmos com as poucas informações e registros que temos sobre as mulheres na história do Brasil - debruçados em documentos tradicionais - vislumbramos algumas ações soltas que traçam um quadro superficial da resistência das mulheres no Brasil como um todo.

Com vistas nestes documentos é revelado que só em 1850 as mulheres começaram a escrever em revistas e periódicos dirigidos ao público feminino; o que se escreveu não "oficialmente" para o "público" não é detectado. Com o processo de industrialização, nos primórdios deste século, as mulheres participaram dos movimentos sufragistas com muita intensidade, basta ver por exemplo as greves organizadas pelas tecelãs e pelas costureiras. As primeiras procuraram na conquista do voto a cidadania negada, enquanto as outras batalhavam pela redução da jornada e melhoria das condições de trabalho.

No período da segunda guerra mundial, com o Estado Novo de Getúlio Vargas, foram criadas organizações femininas com o propósito de defender a paz, a democracia e o combate a carestia de vida.

A partir de 1975, com a instauração do Ano Internacional da Mulher, as brasileiras, retomaram o movimento feminista, que havia conseguido muita força nos movimentos da década de 60, e passaram a lutar por anistia, liberdades políticas e por uma constituição livre e soberana.

Sob esse ângulo a resistência da mulher só se fazia perceber quando entrava no chamado mundo "público" da sociedade capitalista, sendo esquecidas ou não percebidas as ações de resistência que não se enquadravam na visão oficial, aquelas livres de rótulos, vivenciadas na prática cotidiana.

Só a partir da criação dos primeiros núcleos de estudos sobre a questão da mulher e relações de gênero nos meios acadêmicos e que essas práticas e discursos, antes negligenciados e até inferiorizados, vem á tona mediante os estudos sobre sexualidade, aborto, violência sexual e doméstica, direitos reprodutivos, saúde da mulher, relações de trabalhistas, possibilitando, a mulher, conhecer o seu próprio corpo e decidir sobre ele.

Retomando a questão dos discursos normativos, fundamentados em Michel Foucault, o que se percebe é que houve no Brasil Colônia a importação da metrópole portuguesa de um discurso moralizador sobre o uso dos corpos que instalando-se na "Terra de Santa Cruz" passa a comungar com o desejo de cristianização difusão da fé católica européia.

A idéia de adestrar a sexualidade dentro do "tálamo" conjugal decorre do interesse de fazer da família o eixo irradiador da moral cristã. A Igreja vai dispende alguns séculos de esforços para formar, fora das elites,

uma mentalidade de continência e castidade para as mulheres, para quem certas noções de virgindade, casamento e monogamia eram situações de oportunidade e ocasião.

O discurso sobre o uso dos corpos femininos e seus prazeres, impostos de cima para baixo, sobretudo a partir do século XVII, expressa-se através de uma apologia que lisonjeia a mulher para, então, melhor submetê-la.

Esses padrões impostos que fantasiavam as mulheres puras e virtuosas - na colônia, assim como em outras épocas da história do Brasil - não impediram que elas sempre reagissem a esses discursos normativos e a esses modelos ideais de mulher e acabavam por elaborar, mesmo enquanto rascunhos dos modelos eruditos, regras e éticas próprias. Os discursos institucionais negam e fazem desaparecer essas mulheres de carne e osso, e por se um discurso erudito reafirma a inferioridade feminina ao culpabilizar as que são infratoras e desvirtuadas.

Em São Paulo, no século XIX, as imagens de mulheres femininas fogem a esses parâmetros convencionais. Através de testamentos e processos de divórcio Leila Linhares verifica que as mulheres de diferentes níveis sociais trouxeram tensões para o casamento, provocadas por rebeldia ou mesmo insatisfação. Além disso, Linhares, encontra inúmeras mulheres com participação ativa, quer na família, quer na sociedade, gerindo negócios e propriedades de maior e menor vulto, assumindo a chefia da família e trabalhando para a sobrevivência de sua prole. E o que dizer ainda dos momentos de adultério confessados nos testamentos?, e das solteiras e viúvas com filhos ilegítimos, tidos por "fragilidade humana" como elas mesmo confessaram?

Essas características são marcantes e não estavam excluídas dessas situações, mulheres brancas e de posses, numa sociedade com alto índice de ilegitimidade. Percebe-se, portanto, no século passado, divergências no ideal de castidade e submissão.

Em que pese as diferentes abordagens, no debate sobre a modernidade, a historiografia brasileira converge quando denuncia a forma autoritária e violenta, com que é imposto o processo de urbanização-modernização no Brasil, talvez esse seja o seu maior mérito. Evidentemente, é também de forma brusca, violenta e conturbada que a sociedade se relaciona com esse "novo espaço", pois é extremamente complexa a crise e a transformação nos costumes, hábitos e comportamentos. Cria-se um novo cenário, ao romper com relações sociais quase que cristalizadas, daí fazer-se necessário novas identidades e mudanças nos papéis sociais. A atmosfera respirada requer uma nova sensibilidade social.

Diante dessa desorganização social, os modelos e comportamentos considerados femininos são também submetidos a uma ampliação e um questionamento, provocando uma crise cada vez maior; as possibilidades de romper com papéis sociais e de adquirir um novo estatuto social, são para as mulheres, algo mais concreto e possível no contexto da modernização.

Margareth Rago no seu livro "Os prazeres da noite" apresenta a relação entre modernização e maior resistência feminina, não como hipótese, mas como comprovação a partir de suas pesquisas em São Paulo. Vejamos como ela define esse conjunto de coisas:

"Enquanto a urbanização e o crescimento sócio-econômico da cidade embaralhava as tradicionais demarcações entre as atividades masculinas e femininas e a entrada em cena das mulheres de várias classes sociais, nas fábricas, escritórios, escolas, comércio, serviços de infra-estrutura urbana, ameaçava submeter os códigos cristalizados de sociabilidade e de participação na vida social".¹⁴

Essa desorganização de relações sociais em especial, o dismantelamento do papel social feminino, abre brechas e possibilidades cada vez maiores de resistência e emancipação das mulheres, através da subversão das leis e modelos que lhes são, impostos pela sociedade. Para Margareth Rago a mulher adquire um novo estatuto que apontava para uma possível igualdade de condição social dos sexos. As reivindicações das feministas das camadas médias se exarcebam durante o contexto de modernização como o direito ao voto, a igualdade de remuneração salarial a dos homens e o questionamento das teorias biológicas que justificam a desigualdade entre os sexos, e apostam na maior possibilidade de participação das mulheres nas cidades brasileiras. Novos papéis sociais lhe estavam sendo prescritos, a medida que se redefiniram suas funções sociais e sua forma de inscrição na sociedade.

Dentro deste universo de intensificação da subversão feminina, se consubstanciam inúmeras formas de resistências e de transgressão social. Nossa identificação repousa as formas de resistências que são enquadradas como crime pelas leis jurídicas do Estado - e até pela própria Igreja Católica - e por isso nosso estudo delimita, pesquisar as mulheres infratoras; o nosso campo de atuação é investigar os adultérios, abortos e homicídios praticados por mulheres em Campina Grande, a sua intensificação ou não com o processo de modernização¹⁵. Quem eram essas mulheres? Suas práticas romperam e criaram

¹⁴ RAGO, Margareth. "Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890/1930). pag. 37.

¹⁵ O adultério é considerado crime no Código Criminal de 1916 e pelo Código Penal Brasileiro de 1940; já no capítulo "dos crimes contra a pessoa" o código penal brasileiro pune a prática de aborto, tema também presente na Lei de Contravenções Penais de 1941.

ADULTÉRIO NO BRASIL
SEMPRE FOI CONSIDERADO
CRIME - PODE AS
FEMÍNIAS.

INCLUIVE CRIME
POR TER RECONHECIDO
CI A MORTE

um novo estatuto legal e social? Como a igreja, a justiça e os demais homens e mulheres viam essas infrações? Que novos modelos de comportamento se criam quando essas mulheres rompem com a "essência feminina"?

Se a essência feminina é a passividade, submissão, aversão à violência, instinto materno, e ainda, se o modelo de família monogâmica é subvertido com o adultério como explicar todas essas práticas que estão fora dos padrões que a sociedade construiu?

A mulher na história do Brasil tem surgido corretamente sob a luz de estereótipos, dando-nos uma enfadada ilusão de imobilidade. Sua imagem de vítima, de aprisionada dentro de uma estrutura patriarcal, contribui para uma negação dos papéis históricos representados pelas mulheres.

Esses equívocos se explicam pela forma autoritária, com que a igreja e o direito no Brasil, construíram normas, comportamentos e leis que deveriam ser seguidos pelas mulheres. A legislação brasileira estabeleceu um modelo cristão, patriarcal, nuclear e monogâmico baseado não nos grupos familiares concretos, mas na visão de mundo das elites dominantes.¹⁶ Na verdade, no Brasil, houve inúmeros modelos de famílias e formas de relações que extrapolam o conceito de família. O modelo de família patriarcal apresentada por Gilberto Freire, por exemplo, não condiz com os encontrados no Sul e Sudeste do país. O tipo de família não depende só de diferenças espaciais ou regionais, depende também, das divergências entre classes sociais e do tempo em que elas vivem.

Se de um lado havia o casamento, a moral e a própria submissão e castidade da mulher, por outro lado havia o alto índice de ilegitimidade, a falta do casamento, a reação e até a promiscuidade de mulheres. Romper com esse modelo cristalizado de família no Brasil, desdobrando-o em vários, significa romper também com a ênfase dada a autoridade do marido e a dependência da mulher. É necessário reconhecer e possibilitar a pulverização de ações de mulheres se opondo a esses modelos pré-estabelecidos, sem deixarmos, porém, de reconhecer a inserção da mulher em um sistema mais amplo de dominação, onde os papéis dos sexos estavam legitimados e bem definidos, atentando para a mulher, não a que se molda a essas exigências, mas a que rompe com elas, percebendo-a não só na condição de subjulgada mas na de resistente, vê-la mais como filha de Eva do que como filha de Maria.

¹⁶ Leila Linhares Barsted, ao estudar o "discurso legal sobre a família, explica que o modelo de família patriarcal estava de acordo com as preocupações de legitimação dos laços familiares, com a redefinição do poder marital e paterno, com a legalização dos laços familiares e da prole e com a regulamentação do patrimônio, interesses primordiais das elites dominantes.

O ideal de passividade e vitimação feminina seria mais um mito criado pela literatura? Essas indagações presentes na historiografia contemporânea do gênero, são colocadas em debate no nosso projeto.

A DESVITIMAÇÃO DA MULHER, será encaminhada através da investigação, não da mulher vítima, mas da mulher que faz vítimas, em Campina Grande. O que dizer das mulheres que trouxeram tensões para os casamentos com práticas de adultério, de violência física e até de autoridade sobre os negócios e propriedades, assumindo a chefia da família? O que dizer dos homicídios e abortos praticados pelas mulheres em Campina Grande? Os valores tradicionais estavam sendo afetados e mesmo burlados, embora no plano legítimo a autoridade ainda permanece nas mãos do sexo masculino. A existência de um aparato legal de dominação masculina garantia a sua manutenção.

Como interpretar estes gestos de mulheres que buscavam alargar os modelos de comportamento tidos como femininos, extrapolando os limites patriarcais, religiosos e jurídicos? Seguindo o pressuposto de que a historicidade é construída em função de múltiplas práticas materiais e simbólicas dos sujeitos envolvidos, não podemos cair no erro de tirar o rótulo de vítima da mulher e substituí-lo pelo rótulo da mulher como heroína, visto que, estas polarizações rígidas confundem mais do que explicam. Ora, se em história não há espaço para vítimas, não há também para heróis, podemos falar sim em vencidos e vencedores, e portanto, em dominação, que precisa se reelaborada permanentemente, inclusive no espaço da memória histórica. Com isso o trabalho do historiador passa a ser visto como um exercício entre as evidências empíricas e os conceitos permanentemente testados e conseqüentemente reconstruídos, daí ser nossa intenção ao investigar os atos "tidos como criminosos", das mulheres "desordeiras" e "subversivas" no sentido de compreender as motivações e não desqualificá-las.

Nessa perspectiva, reconstruir e reelaborar o conceito de gênero e partir dessa mulher que nega a própria essência feminina (será que existe?) é uma posição coerente com a prática do historiador. A maior parte das afirmações feitas e hipóteses levantadas ao longo deste projeto, só podem ser confirmadas, ou não, com a oportunidade de pesquisa.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ângela Mendes e PAULO, Silvano Gonzalves. (org.). Pensando a família no Brasil - Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro. Ed. Espaço e Tempo Limitado. 1987.
- BANDEIRA, Lourdes e SIQUEIRA, Reis. Relações de gênero nas ciências sociais - um percurso em (de) construção. João Pessoa. Editora da Universidade Federal da Paraíba. 1992.
- CARVALHO, Rosângela M^a de A. Medeiros de e FORTUNATO, Lucinete Maria. A mulher na imprensa campinense - 1901/1930. Campina Grande. Universidade Federal da Paraíba. 1986. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História da UFPB - Campus II.
- HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Coord.). Feminismo como crítica da modernidade. Ed. Rocco. 1994.
- MOREIRA, Fernando Diniz. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 1995. Tese de conclusão do mestrado em Desenvolvimento urbano da UFPE.
- PRIORE, Mary Del. A mulher na história do Brasil. São Paulo. Ed. Contexto. 1988
- RAGO, Margareth. Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1991.
- SILVA, Camilo Barbosa da. Tecendo riqueza, descarçando desordem, colhendo poder - A construção da hegemonia da burguesia comercial em Campina Grande (1920-1950). Campina Grande. Universidade Federal da Paraíba. 1989. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História da UFPB - Campus II.

- TELES, M^a Amélia de Almeida. Breve histórico do feminismo no Brasil. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1993.
- VERAS, Cassandra Carmo de Lima. O espelho de narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Campina Grande. Univerisdade Federal da Paraíba. 1988. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História da UFPB - Campus II.
- VIANA, M^a José Motta. Do sótão à vitrine - Memórias de mulheres. Belo Horizonte. Ed. da Universidade Federal de Minas Gerais. 1995.